

SOCIOLOGIE:

ORDEM E POLÍTICAS SOCIAIS NA ATUALIDADE

2

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA
SILVÂNIA MARIA ROSA
(ORGANIZADORES)

SOCIOLOGIE:

ORDEM E POLÍTICAS SOCIAIS NA ATUALIDADE

2

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA
SILVÂNIA MARIA ROSA
(ORGANIZADORES)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremona

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Sociologie: ordem e políticas sociais na atualidade 2

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Maria Filomena Rodrigues Teixeira
Silvânia Maria Rosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologie: ordem e políticas sociais na atualidade 2 / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Filomena Rodrigues Teixeira, Silvânia Maria Rosa. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-680-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.802212911>

1. Sociologia. I. Purificação, Marcelo Máximo (Organizador). II. Teixeira, Maria Filomena Rodrigues (Organizadora). III. Rosa, Silvânia Maria. IV. Título.
CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Prezado leitor, saudação.

Colocamos à sua disposição a obra - “Sociologie: Ordem e política sociais na atualidade”, organizada em dois volumes. Uma obra que nasceu marcada pela força e expansão de seus discursos no campo das ciências sociais e áreas afins, requerendo diálogo e reflexão sobre questões que nos são caras, necessárias e urgentes nesta nova ordem social. Uma obra editada em várias mãos e idiomas, envolvendo pesquisadores de vários países, comprometidos com a reflexão permeada por ordens políticas e sociais que emergem em contextos sociais ao redor do mundo. Neste primeiro volume, os textos apresentam grande diversidade e estabelecem vínculos com as seguintes palavras-chave: Anatomia do idoso; Atualidades; Comunidade marginada; Desenvolvimento socioeconômico e humano; Desenvolvimento urbano; Engajamento; Estudo comparativo; Família; Feminismo; Gênero; Jornalismo colaborativo; Licenciatura; Liderança comunitária; Mediação da informação; Movimento Social; Mulher; Organizações; Pandemia; Política de cotas; Políticas sociais; Prática docente; Preconceito; Sociedade; Sociedade civil; Sociologia. Desejamos a todos você uma excelente leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Cinara Miranda Chaves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O PENSAMENTO CULTURAL KAINGANG SOBRE SAÚDE

Alice do Carmo Jahn
Gabriela Manfio Pohia
Elaine Marisa Andriolli
Marta Cocco da Costa
Ethel Bastos da Silva
Antonio Joreci Flores

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129111>

CAPÍTULO 2..... 14

PROCESOS DE SUBJETIVACIÓN EN PERSONAS EN CONDICIÓN DE DISCAPACIDAD. ESTUDIO DE CASOS EN CIUDAD DE MÉXICO

Carlota Marisol García Pacheco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129112>

CAPÍTULO 3..... 31

VIOLENCIA FÍSICA, CUERPOS VIOLENTADOS Y EMOCIONES VULNERADAS. CASO DE ESTUDIANTES DE LA UNIVERSIDAD VERACRUZANA

Jeysira Jacqueline Dorantes Carrión

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129113>

CAPÍTULO 4..... 44

GRANDES PROJETOS AMBIENTAIS E A RECONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO. FISCAL OU PARCEIROS?

Maria de Lourdes Cútalo de Lira Basques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129114>

CAPÍTULO 5..... 50

PROPUESTA DE ACOMPAÑAMIENTO A PROFESORES PARA ABORDAR LA INCLUSIÓN/EXCLUSIÓN EN LA ESCUELA

Ruby Vizcarra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129115>

CAPÍTULO 6..... 61

POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM 'ESTADO DA QUESTÃO' SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ESTUDANTIL

Rita de Cássia Soares de Souza Bueno

Neusa Chaves Batista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129116>

CAPÍTULO 7..... 78

TEMPORALIDADES DEL EJERCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL (EZLN) Y

CONGRESO NACIONAL INDÍGENA (CNI) EN ESPACIOS INSTITUCIONALES
DIGNIDAD Y ESPERANZA EN EL TABLERO DE LO POLÍTICO

Fernando Matamoros Ponce

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129117>

CAPÍTULO 8..... 93

SABERES TRADICIONAIS SOBRE TERRITÓRIO E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL NA INTERFACE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM COMUNIDADES
INDÍGENAS DO NORTE DE RORAIMA

Arlene Oliveira Souza

Alessandra Rufino Santos

Franzmiller Almeida Nascimento

Marília Pereira da Silva

Vicente José de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129118>

CAPÍTULO 9..... 108

VALORAÇÃO AMBIENTAL DO RIO DA MADRE NA GUARDA DO EMBAÚ- SC

Julio Cesar Lopes Borges

Adriano de Amarante

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8022129119>

CAPÍTULO 10..... 121

UNA ESTRATEGIA DE PREVENCIÓN PARA DISMINUIR EL ÍNDICE DE CÁNCER DE
MAMA EN MUJERES MAYORES DE 25 AÑOS, EN EL CENTRO ESTATAL DE ATENCIÓN
ONCOLÓGICA DE MORELIA MICHOACÁN

Gaudencio Anaya Sánchez

Adriana Calderón Guillén

Víctor Hugo Anaya Calderón

Estefany del Carmen Anaya Calderón

Roger Nieto Contreras

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80221291110>

CAPÍTULO 11..... 136

TURISMO E IMPACTOS AMBIENTAIS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MARAÚ-BA

Andressa de Sousa Santos Ferreira

Helena Maria de O. Martins

Kamile Ferreira Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80221291111>

CAPÍTULO 12..... 149

VOICES REFLECTING THE BURDEN OF DISEASE IN MEXICO

Blanca Estela Pelcastre-Villafuerte

María Guadalupe Ruelas-González

Tonatiuh González-Vázquez

Héctor Gómez Dantés

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80221291112>

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 13..... | 166 |
| TEORÍA SOCIAL CRÍTICA MÁS ALLÁ DE LA MODERNIDAD | |
| Susana Raquel Barbosa | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.80221291113 | |
| CAPÍTULO 14..... | 173 |
| EL “ENVERDECIMIENTO” DE COSTA RICA: UNA GUERRA CONTRA LA SUBSISTENCIA | |
| Ana Isla | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.80221291114 | |
| CAPÍTULO 15..... | 188 |
| TRAJETÓRIA DE AGRICULTORES FAMILIARES: SUAS POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS DE AÇÕES COLETIVAS COM CONTRIBUIÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA-UFSM | |
| Alice do Carmo Jahn | |
| Antonio Joreci Flores | |
| Elaine Marisa Andriolli | |
| Marta Cocco da Costa | |
| Ethel Bastos da Silva | |
| Gabriela Manfio Pohia | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.80221291115 | |
| CAPÍTULO 16..... | 200 |
| PROPUESTA DE EDUCACIÓN SUPERIOR INTERCULTURAL PARA LA DESCOLONIZACIÓN DE LA VIDA. CASOS DE LA UNIVERSIDADES INDÍGENAS TUPAK KATARI, BOLIVIA E INSTITUTO SUPERIOR EUGENIO ESPEJO, ECUADOR | |
| Aquiles Alfredo Hervas Parra | |
| Tania Leonor Parra Proaño | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.80221291116 | |
| SOBRE OS ORGANIZADORES | 216 |
| ÍNDICE REMISSIVO..... | 218 |

EL “ENVERDECIMIENTO” DE COSTA RICA: UNA GUERRA CONTRA LA SUBSISTENCIA

Data de aceite: 01/11/2021

Ana Isla

Profesora del Department of Sociology and the Centre for Women's and Gender Studies. Brock University, Canada.

Este artículo fue presentado como ponencia en el Congreso de Sociología, Uruguay, 2017.

RESUMEN: El Informe Brundtland de 1987 fue decisivo para establecer vínculos entre desarrollo y medio ambiente a través del concepto de desarrollo sostenible (SD). En este artículo analizo el SD, de acuerdo a como se discutió en la Cumbre de la Tierra de Río de 1992, y extendiendo su evaluación a la “economía verde” desarrollada en Costa Rica, el primer proyecto neoliberal verde. En la “economía verde”, los bienes y servicios provistos por la naturaleza dependen de la bolsa de valores. Un concepto clave en esta última versión del SD es el “capital natural”, que se utiliza para referirse a los bienes y servicios que proporciona el planeta, como son agua, tierra, aire y recursos renovables y no renovables. Como resultado de la definición de la naturaleza como ‘capital natural,’ se abrieron nuevas áreas de intervención global y la naturaleza entró en el dominio de la política neoliberal. El argumento es que SD es bueno y deseable para el mundo entero, incluyendo y más particularmente para el llamado mundo subdesarrollado. Costa Rica ha sido un importante “laboratorio” para la

experimentación en mecanismos innovadores de gobernanza ambiental utilizando los intercambios deuda-por-naturaleza. He llamado a esta ecología política “enverdecimiento” para indicar cómo los ecosistemas de un país endeudado se están desestabilizando cada vez más.

PALABRAS CLAVE: Enverdecimiento/ Enverdeciendo’, Desarrollo Sustentable, Canje de Deuda por Naturaleza, Ecofeminismo, Genero y Naturaleza.

INTRODUCCION

En este artículo, presento la perspectiva ecofeminista para generar dudas sobre el mensaje predominante de que el Desarrollo Sustentable (DS) crea igualdad de género y social, reduce la pobreza, confronta la destrucción ecológica y combate el cambio climático. La perspectiva ecofeminista muestra la necesidad de utilizar un enfoque crítico a la doble crisis - ecológica y social.

La primera parte presenta las críticas del ecofeminismo al capitalismo y al DS. Silvia Federici (2004) ha señalado al ‘enclaustramiento’ y María Mies (1986) ha apuntado al ‘trabajo sin pago o mal pagado’ como parte del funcionamiento del capitalismo patriarcal. Estas autoras argumentan que el sistema capitalista patriarcal mantiene relaciones de dominación y subordinación en general, y dominación de las mujeres por parte de los hombres, en particular. En seguida aplico estas perspectivas al análisis

del Canje de Deuda por Naturaleza entre Canada y Costa Rica (CDxN-C/CR) que se implementó entre el 1995 y 1999 por dos ONGs de ‘medio ambiente,’ operando en el Area de Conservación Arenal-Tilaran (ACA-Tilaran), este nombre ha sido cambiado por Area de Conservación Arenal Tempisque.

Esta segunda parte documenta una Guerra en Contra de la Subsistencia – esto significa una guerra en contra de una economía vivible al cual se desarticula - a traves de examinar tres crisis producidas por las ‘soluciones’ promovidas por el DS usando el CDxN-CR/C. Crisis con efectos dramáticos en la vida de las mujeres y los niños, campesinos e Indigenas, y de la naturaleza misma.

La tercera parte esboza el ‘enverdecimiento’ de la infraestructura para la extracción financiera de los nuevos bienes y servicios que se han creado como resultado del llamado desarrollo sustentable. Este articulo concluye introduciendo el termino “enverdeciendo” al capitalism, como una nueva fase de acumulacion de capital, y sosteniendo que la real Guerra del DS no es en contra de la pobreza, la insostenibilidad, y el cambio climatico sino en contra de la subsistencia.

CRITICAS DEL ECOFEMINISMO AL CAPITALISMO Y AL DESARROLLO SUSTENTABLE

He adoptado la perspectiva ecofeminista de la Subsistencia para discutir la experimentación de gobernanza del medio ambiente en Costa Rica, porque esta perspectiva critica al DS dentro de la estructura del crecimiento economico. El ecofeminismo argumenta que ha sido posible sostener la ilusión del crecimiento económico como proceso positivo y benigno porque los costos han sido forzados primeramente sobre las espaldas de aquellos a quienes se les ha devaluado: mujeres, campesinos, Indigenas, el llamado mundo subdesarrollado y la naturaleza.

Las teorías ecofeministas en particular han contribuido con el analisis de dominación de la naturaleza. Esta dominación tiene un significado especial para las mujeres, porque en el pensamiento patriarcal, a las mujeres se les ve más cerca de la naturaleza que a los hombres. Ariel Salleh (1994:110) mantiene que “A travez de introducir la conexión de naturaleza-mujeres-trabajo como una contradicción fundamental, el ecofeminismo afirma la primacia de una división del trabajo explotativa, basada en el genero, el cual simultaneamente altera el analisis de todas las opresiones hacia una problematica ecológica.”

Programas asociados con el crecimiento económico tienden a resultar en ‘enclaustramientos’ y ‘trabajos sin pago o mal pagados.’ El movimiento del enclaustramiento empezó en Inglaterra en el siglo XVI con la expropiacion de las tierras comunales y la eliminación de los derechos basados en la costumbre (Hobsbawm 1996). Silvia Federici (2004) muestra que la acumulación primitiva no solo fue una precondition para el desarrollo del capitalism (Marx 1995), sino una cualidad esencial y permanente. Ella observa como la

privatización de los comunes ocurrió en el mismo periodo histórico de la Caza de Brujas que comandó la devaluación del estatus de las mujeres. Este proceso produjo una nueva división del trabajo basado en el genero, en el que la posición de las mujeres en la sociedad como proveedoras fue redefinido en relación a los hombres, convirtiendo a las mujeres en esposas, hijas, madres, y viudas. Todas estas denominaciones ‘esconden el estatus de las mujeres como trabajadoras, mientras le dan a los hombres acceso libre al cuerpo de las mujeres, a su trabajo, y al cuerpo y trabajo de sus hijos’ (2004:97). Federici muestra una linea historica del capitalismo patriarcal desde el enclaustramiento de los comunes y los juicios a las mujeres acusadas de brujas, hasta los tiempos modernos de prostitución y la venta de la naturaleza, de los cuerpos y el trabajo. Ella revaloriza el trabajo reproductivo, reconecta nuestra relación con la naturaleza, con nuestros cuerpos y con otros cuerpos, para recuperar el sentido de totalidad de nuestras vidas.

Maria Mies (1986) critica la cultura Occidental de que el trabajo de las mujeres no tiene valor y extrapola la idea de que el trabajo no pagado no tiene valor. Ella establece que el origen de la opresión de las mujeres está en la interconexión de tres sistemas: patriarcal, capitalista y colonial, y argumenta que cuando se describe a las mujeres, campesinos, Indígenas como ‘cerca de la naturaleza’, es para hacerlos mas explotables. Mies usa el termino ‘housewifization’ (trabajo domestico no pagado o mal pagado) para capturar el proceso por el cual el trabajo que sustenta la vida es devaluado, pero puesto al servicio de la production asalariada. Esta división del trabajo, entre trabajo reproductivo (domestico, de subsistencia, y no pagado) y trabajo productivo (asalariado) es indispensable para el funcionamiento del capitalismo. Housewifization es la devaluación del trabajo definido como femenino, pero este concepto tambien se aplica a todos aquellos que no son biológicamente mujeres, pero son socialmente marginados, externalizados economicamente, y por tanto feminizados como son las comunidades Indígenas, los campesinos, y los subdesarrollados del mundo (en el Norte y el Sur) cuando sus tierras y productos son apropiados pagando poco o ninguna compensación a traves de la violencia estructural.

Vandana Shiva (1989) revela otro componente importante en la Cultura Occidental, de que la vida en subsistencia es sinónimo de pobreza. Ella muestra que ‘las economias de subsistencia, que satisfacen necesidades basicas a traves del trabajo de sus miembros, no son pobres en el sentido de estar desposeidos.’ (1989:10) Despues de la II Guerra Mundial, esas economias fueron universalmente señaladas como ‘pobres’ por que el Producto Nacional Bruto – que cuenta solo bienes y servicios que pasan a travez del Mercado – fue introducido como standard internacional para medir la riqueza de las naciones. (Waring 1988) Bajo el analisis de Costo y Beneficio, es decir calculando el valor y la riqueza solamente en terminus monetarios, se hace invisible la abundancia de la naturaleza, las habilidades y la producción de las mujeres, campesinos, e Indígenas. Shiva le llama a este proceso ‘maldevelopment’ (malogrado) porque destruye la riqueza que pertenece a todos y trae miseria y privacion a las comunidades al ‘permitir la violación de la integridad orgánica,

interconectada e interdependiente entre la gente y la naturaleza, y que reemplaza por un proceso de explotación, desigualdad, injusticia y violencia.’ (1986:6/7) Shiva concluye de que las ‘políticas globales,’ de las Naciones Unidas (N.U.) y del Banco Mundial, para confrontar la ‘crisis global’ han creado una nueva división internacional del trabajo en el cual ‘el Norte gana un nuevo espacio político para controlar al Sur. Declaraciones acerca de confrontar la ‘crisis global’ crea una base moral para el imperialismo verde.’ (1994:198)

Ariel Salleh (1994) concluye que la opresión de las mujeres y la destrucción de la naturaleza no es simple económica. Por lo que expandir el sistema de valoración económica en la naturaleza ‘es asumir que el sistema capitalista en general y la familia patriarcal como su microcosmos son instituciones que valen la pena preservarlos.’ (1994:10) Por todas estas razones los proyectos y políticas que las N.U. y el Banco Mundial han impuesto bajo la bandera del DS y el ‘capitalismo verde’ no están separadas de la vida diaria de las mujeres y los cuerpos feminizados, por lo que el análisis crítico del feminismo es especialmente relevante.

EL CANJE DE DEUDA POR NATURALEZA ENTRE CANADA Y COSTA RICA: GÉNERO Y NATURALEZA EN LA GUERRA CONTRA LA SUBSISTENCIA

Para reestructurar la naturaleza local en áreas de conservación que tengan significación global, muchos Canjes de Deuda por Naturaleza (C/DXN) fueron firmados entre los países acreedores y los deudores. (Sheikh, 2007, 2010) Entre ellos está el C/DXN entre Canadá y Costa Rica (1995), una iniciativa bilateral que implementó programas del llamado DS en el Área de Conservación-Tilarán (ACA-Tilarán). Los acreedores han creado reglas internacionales por las cuales ninguno de los gobiernos participantes están permitidos de recibir títulos de deuda directamente, sino que ellos tienen que donar a sus ONGs. El acuerdo firmado en 1995, exonera la mitad de la deuda de Costa Rica que debía al gobierno Canadiense, mientras la otra parte de la deuda fue donada a sus respectivas ONGs. En el caso de la deuda que estoy presentando, Canadá donó los títulos de la deuda al World Wild Fund-Canadá (WWF-C), que manejó, en asociación con el Ministerio de Ambiente y Energía (MINAE), el ACA-Tilarán. Costa Rica entregó la otra parte al Instituto Nacional de Biodiversidad (INBio). Las dos ONGs se convirtieron en acreedores del gobierno de Costa Rica. (Government of Canada and Government of Costa Rica 1995) El objetivo de éste C/DXN, de acuerdo al WWF-Canadá, era “proteger el área de mayor degradación ambiental, ayudar a estabilizar el uso de la tierra a través de fortalecer las capacidades de manejo de los recursos naturales, y mejorar la calidad de vida de la gente Costarricense” (Tremblay & Malefant, 1996, pp. 9,10, 11). En ACA-Tilarán, el Ministerio de Recursos Naturales, Energía y Minas (MIRENEM, luego MINAE), la Agencia Internacional de Desarrollo Canadiense (CIDA) y el WWF-C desarrollaron un programa al que llamaron El Plan General de Uso de la Tierra (o El Plan de la Tierra).

El Plan de la Tierra permitió a los managers remover estratégicamente el derecho

a la tierra de los pequeños y medianos agricultores, y poner esas tierras en las manos de las ONGs y el MINAE. Este proceso logró la eliminación de los comunes naturales y enclaustraron 250,000 ha., de tierra del cual la gente local dependía para su vida diaria.

En ACA-Tilaran se examinan tres de los varios tipos de enclaustramientos: el de la biodiversidad para promover la competencia para el inventario y la prospección del conocimiento local de las plantas y animales; la venta de oxígeno como crédito de carbono; y el paisaje para el ecoturismo. Primero discutiré cada tipo de enclaustramiento para luego explicar como cada uno de esos resultó en una guerra en contra de la naturaleza, de los campesinos e Indígenas, y de las mujeres en Costa Rica.

I. Enclaustramiento de la Biodiversidad para la Biotecnología

La Convención de la Diversidad Biológica, firmada en la Cumbre de la Tierra del año 1992, en Brazil, abrió las puertas para la expropiación de los recursos genéticos, convirtiendo al conocimiento comunitario de la naturaleza en lugares secretas y paranoicas. En el año 1998, Costa Rica creó la Ley de Biodiversidad (No. 7788) donde el artículo 6 determina que las propiedades bioquímicas y genéticas de la vida silvestre y de la biodiversidad doméstica están en el dominio público; por lo tanto el estado autoriza su exploración, investigación, bioprospección, y uso de la biodiversidad.

El gobierno también creó la Comisión Nacional para la Gestión de la Biodiversidad (CONAGEBIO) para desarrollar y coordinar políticas sobre la biodiversidad. Este estableció 4 tipos de permisos, uno de los cuales es la bioprospección, al cual CONAGEBIO lo ubicó al centro de sus actividades. La colección y selección de los genes de plantas y animales fue iniciada en las áreas de conservación por los parataxonomistas trabajando para las ONGs internacionales, y su experimentación fueron realizadas en los laboratorios de las industrias farmacéuticas, medicas y agrícolas del mundo desarrollado.

La protección de los recursos naturales a través del management es muy costoso. Desde fines de 1970s, algunas ONGs han construido una máquina de extracción multimillonaria a través de donaciones internacionales y transacciones de C/DXN privadas para obtener fondos internacionales (Hitz 1989). Esto continúa, por ejemplo, en el año 2009, Costa Rica Forever Association (CRFA por sus siglas en Inglés), compuesta por Nature Conservancy, the Linden Trust for Conservation, the Gordon and Betty Moore Foundation, y the Walton Family Foundation organizaron esta ONG con C/DXN. En el 2010, el Sistema Nacional de Áreas de Conservación (SINAC) y la CRFA firmaron un acuerdo por 5 años para facilitar los derechos de propiedad intelectual de las investigaciones y otros estudios que se llevaron a cabo en las áreas silvestres protegidas. Para el 2010, la creciente deuda externa de los países con selva tropical ha sido la mejor vía para atraparlos en transacciones de C/DXN bajo un nuevo nombre – The Tropical Forest Conservation Act (Acta de Conservación de la Foresta Tropical) (Sheikh 2010:14) La bioprospección a menudo se convierte en biopiratería porque expropia el conocimiento tradicional y biogenético de las comunidades Indígenas y

campesinas para alimentar la maquinaria de las corporaciones colonialistas.

II. Enclaustramiento de la Foresta como Sumidero de Carbono

En la Cumbre de la Tierra, del año 1992, los gobiernos acordaron enfrentar el cambio climático a través del enclaustramiento de la foresta como sumidero de carbono. Las teorías científicas han subrayado el hecho de que la vegetación de la foresta absorbe y guarda carbón que de otra forma se queda en la atmósfera, incrementando la temperatura y acelerando el cambio climático. En la Convención del Cambio Climático que se llevó a cabo en Kyoto en el año 1997, las corporaciones más grandes, con el apoyo de sus gobiernos, propusieron una solución interesada: la creación de un Mercado Global en Dioxido de Carbón como parte de la agenda del DS, centrado en la foresta tropical de los países endeudados. El Protocolo de Kyoto se propuso estabilizar las emisiones del CO₂, para el año 2000. Entre las 6 clases de gases emitidas, el CO₂, descargado desproporcionadamente por el mundo industrial, se convirtió en imperativo debido al alto costo que implica para la industria.

Desde Kyoto, la foresta tropical ha empezado a ser valorizado económicamente en términos del monto de carbón que sequestra. Como los sumideros de carbón se compra y vende en los Mercados internacionales, CR fue el primer país que 'voluntariamente' tomó parte en el Programa de Implementación Conjunta (Join Implementation Program - JIP) organizado por las Naciones Unidas (UNFCCC 2005). JIP (por sus siglas en Ingles) permitió a los países industriales reducir la emisión de carbón a través de comprar créditos desde otros países. Desde entonces numerosos certificados de pagos por servicios de ecosistemas se han creado, entre ellos están la Reduction of Emissions from Deforestation and Forest Degradation (REDD+) y el European Emissions Trading Systems (ETS) que están siendo implementados en varios de los países endeudados con dramáticas consecuencias para sus poblaciones locales.

III. Enclaustramiento del Paisaje para el Ecoturismo

Desde principios de los años 1990, bajo la presión del IMF y del Banco Mundial, la endeudada Costa Rica se convirtió en el destino ecoturístico más importante de América Latina. CR adoptó el ecoturismo como una estrategia del DS, como una prioridad para el empleo con la esperanza de atraer divisas internacionales e inversiones para pagar su deuda externa (Honey 2008). En el año 1996, el Presidente José María Figueres firmó la Ley Forestal No. 7575 y puso en efecto el Artículo No. 2 sobre expropiación de pequeños y medianos dueños de la tierra, en muchos casos sin compensación a los dueños (Vizcaino 1999). Nuevas áreas de intervención para las ONGs fueron declaradas 'áreas silvestres', que son vendidas como áreas de recreación a los consumidores del Norte.

El ecoturismo es promovido como una actividad que contribuye al crecimiento económico y genera ingresos a las comunidades locales mientras protege el medio-ambiente. El ecoturismo promueve beneficios recreacionales y estéticos para restaurar la salud espiritual,

emocional y física del visitante. Ofrece un mundo de diversión, libertad y buen gusto, libre de riesgos para los que tienen dinero para gastar. Simultáneamente declara empoderar política y económicamente a los grupos menos aventajados de la sociedad, como son los campesinos pobres, las mujeres rurales y las comunidades indígenas (Honey 2008; Stronza and Durham 2008).

TRES CRISIS CREADAS POR EL “ENVERDECIMIENTO” DEL DESARROLLO SUSTENTABLE

Desde la perspectiva del ecofeminismo, las pasadas prácticas del colonialismo y las actuales del desarrollo económico, y los proyectos del DS son instrumentos del capitalismo patriarcal porque usan violencia en contra los cuerpos que han sido feminizados y la naturaleza. Si la naturaleza es violentada para las ganancias capitalistas, entonces los hombres y mujeres campesinos/as e Indígenas, quienes han sido feminizadas y definidas como ‘cerca de la naturaleza’, mas que otros, pueden ser igualmente violentadas.

En esta sección, explico como los tres tipos de enclaustramientos que se han organizado con la agenda del ‘enverdecimiento’ del DS han resultado en una guerra contra la naturaleza, los campesinos, las comunidades Indígenas y las mujeres y niños en Costa Rica.

IV. ‘Enverdeciendo’ la biodiversidad para la apropiación por la biotecnología y los Derechos de Propiedad Intelectual.

Varias características anti-democráticas ejemplifican las debilidades de los enclaustramientos en Áreas de Conservación-Públicas-Privadas. Aquí ejemplifico solo uno de los problemas y explico cómo las relaciones privilegiadas con el estado de algunos individuos ha jugado un rol central en controlar grandes segmentos de los recursos naturales. Muchos de esos recursos se pasaron gratis al dominio privado de las ONGs, asegurándoles un tremendo poder económico. Por ejemplo, el WWF-C se estableció en el Área de Conservación Arenal-Tilarán (ACA-Tilarán) considerada como una de las áreas más ricas en biodiversidad en CR (MINAE, 1993). El proyecto PROACA del WWF-C, en contubernio con La Asociación de Conservación Monteverde, colectó material e investigó la flora y fauna en los parques nacionales, reservas biológicas, áreas protegidas, santuarios de vida silvestre, y reservas forestales (Asociación Conservacionista Monteverde & WWF-C, 1996). Este proyecto tuvo 2 fases, cada uno de ellos limitados a 5 años: en la primera fase el objetivo era ‘ayudar a regenerar la foresta tropical’ a través de un inventario de la flora; en la segunda fase, se organizó para producir bienes para el Mercado originados en la biodiversidad.

Otro ejemplo similar es INBio, establecido en el año 1991 por 15 socios muchos de ellos funcionarios de alto nivel del gobierno de Costa Rica. El principal objetivo de CR era promover investigaciones en el área de la biotecnología y bioquímica para la producción industrial, es decir, para producir valor agregado. Bajo la perspectiva neoliberal,

esos funcionarios transfirieron al INBio el derecho de vender los recursos biológicos que pertenecen al país (y países conlindantes) y a las comunidades locales. En 1994, INBio estableció asociación con el MINAE para coleccionar plantas y animales desde las áreas de conservación para las industrias interesadas. Para manejar la biodiversidad, INBio creó 4 divisiones donde la División de Prospección de la Biodiversidad recibió fondos del C/DXN/ de Canadá y Costa Rica. Esta División sistemáticamente investiga sobre nuevas fuentes de componentes químicos, genes, y proteínas producidas por plantas, insectos y microorganismos que puedan ser usadas en las industrias farmacéuticas, médicas, y agrícola del mundo (Mateo 1997).

El nuevo manejo de áreas comunes transformó la tierra de ACA-Tilarán; por ejemplo, el Volcán Arenal cambió de categoría, de Reserva Forestal con 5 hectáreas protegidas pasó a la categoría de Parque Nacional con 12,010 ha., al que convirtieron en centro de la bioprospección (o biopiratería). Cuando las áreas se convirtieron en centros de bioprospección, se prohibió la entrada de las comunidades rurales lo que rompió el conocimiento y las conexiones íntimas de las comunidades locales con su tierra. Solamente los que trabajaron como parataxonomistas de los programas de investigación de las ONGs mantuvieron sus contactos con la naturaleza.

Estas transformaciones de la naturaleza en productos para el Mercado ha robado a las comunidades su subsistencia diaria. Organismos vivos se convirtieron en recursos materiales, el conocimiento vivo de las comunidades es eliminado, y el trabajo milenario de las comunidades como guardianes de la naturaleza no tiene valor, mientras que el trabajo científico es percibido como valor agregado. El Área Núcleo para la bioprospección se convirtió en tierra privada controlada por los Guarda Parques organizados en Unidad de Control Policial, entrenados y designados para evitar ‘invasiones de las áreas protegidas.’ Cuando los Guarda Parques encuentran a los miembros de las comunidades sin permiso (sin pago) en áreas designadas, o sin pagar los derechos de caza o pesca, ellos confiscan el pescado o el animal cazado por esos individuos incluyendo sus instrumentos usados en la actividad, para luego reportar ‘la ofensa’ en la Oficina del Fiscal.

En suma, el Plan de la Tierra ha eliminado los derechos consuetudinarios de las comunidades locales a usar su naturaleza porque las tierras comunes han sido convertidas en áreas de conservación usadas para la colección de potencial material genético, químico o otras materias para los negocios ‘verdes’ de las industrias interesadas.

V. ‘Enverdeciendo’ la Foresta Tropical para Vender Créditos de Carbono

Desde la perspectiva del DS, la venta del oxígeno como crédito de carbono hace a la foresta ‘capital natural’ y las comunidades que viven de la foresta son declaradas enemigas de su foresta. El gobierno de CR, a través del MINAE, calcula la habilidad de la producción forestal de gran escala en asociación con el capital internacional, para vender créditos de carbono. Estas asociaciones promueven especies forestales genéticamente

modificadas como gmelina (*Gmelina arborea*), eucalyptus (*Eucalyptus deglupta*) and teak (*Tectona grand*) que son arboles nativos de Asia del Sur y Australia y que han sido genéticamente modificadas para ser plantadas en otros ecosistemas. Las plantaciones de esos árboles han sido definidos como 'reforestacion' aun cuando usan inmensas cantidades de agroquímicos para crecer que incrementan los niveles del CO2. Como resultado, esos árboles son susceptibles de producir incendios, se llenan de pestes y enfermedades, y las corporaciones están permitidas para cortar los árboles despues de 15 años de crecimiento y transformarlos en madera para pisos, cajas de frutas para exporter y/o muebles.

Esos árboles, genéticamente modificados, están implicados en la destrucción del ecosistema en particular por su inhabilidad para regenerar foresta secundaria que conserve la biodiversidad y regule la hydrologia. Por ejemplo, las plantaciones de Teca han resultado en la erosión de las tierras planas, por que su sistema de raices crece profundamente en la tierra. En general los nutrients y agua en el trópico están concentradas entre 70 y 100 centrimetros de la superficie. Consecuentemente, los arboles de Teca estan circuladas por suelo escamosa y cuando llueve sus hojas acumulan grandes cantidades de agua que caen violentamente sobre el suelo, destruyendolo. La profundidad de sus raices y la sombra que producen sus hojas evita el crecimiento vegetativo en la superficie de la foresta, el cual evitaría el daño a la tierra que se producen por las cascadas violentas desde sus hojas grandes. Bajo esos arboles, la alimentación de las bacterias, virus, y de la gente ha desaparecido. Por que los 'enverdecedores' 'ignoran' que los arboles naturales estan conectados directamente entre ellos a traves de una multitude de criaturas que se relacionan con los árboles como comida, habitat para la comunidad de aves, o como acceso a la produccion de agua, aire y luz solar, formando un sistema debajo la tierra que vincula a los arboles como superorganismo. El monocultivo de arboles se ha convertido en una bomba de tiempo para la biodiversidad en CR.

VI. 'Enverdeciendo' el Cuerpo de Mujeres y Niños a travez del Ecoturismo

El ecoturismo crea empleo pagado, pero elimina las actividades de subsistencia. Para los campesinos, mujeres y hombres a quienes se confisca la tierra, la desaparición de la foresta es un asunto de sobrevivencia que a menudo les fuerza a migrar a las ciudades en busca de un salario para ellos y sus desposeidas familias. Muchas mujeres con sus niños migran a las areas del ecoturismo en busca de trabajos. En ACA-Tilaran, por ejemplo, la construcción de hotels, cabinas, bed and breakfast, y resort ecoturistas ha significado que no solo volcanes, montanas, rios, y forestas han sido 'marqueteados' y vendidos como productos de recreación, sino tambien los residents de esas comunidades. Mujeres y niños son afectados de manera significativa por los procesos de enclaustramiento que produce el 'enverdecimiento'.

Quando los habitants de las forestas son expulsados de sus tierras y tienen que moverse a areas urbanas, los niños y mujeres desposeidas son usualmente los mas

vulnerables, convirtiéndose en víctimas de voraces individuos o industrias. Detrás de la fachada del ‘benigno’ ecoturismo, el turismo sexual ofrece los cuerpos feminizados de mujeres y niños como productos puros, exóticos, y eróticos. Como Costa Rica internacionalmente se sumerge en una posición subordinada, el país se convierte en un paraíso sexual, de pedófilos y pornografía infantil. De esta forma, igual que la naturaleza se comercializa como ‘capital natural’, a los cuerpos de las mujeres y niños se les ha convertido en ‘capital humano’ para contribuir a la industria del turismo global, la riqueza de los negocios sexuales y del estado para pagar sus deudas externas.

Esta imagen de CR sustenta dos aspectos de la actual economía patriarcal capitalista: la dominación de los acreedores (Estados Unidos y Canadá); y la dominación de los hombres sobre las mujeres y sus hijos. Esta relación de dominación se puede ver en CR entre el crecimiento de la deuda externa y el enclaustramiento de sus comunas, y el poder internacional de las relaciones de género que se estampan en los cuerpos de sus mujeres y niños. Jacobo Schifer estima que hay entre 10,000 y 20,000 trabajadoras sexuales en Costa Rica, and entre 25,000 y 50,000 turistas sexuales. Schifer les llama ‘whoremongers’ que significa ‘clientes regulares que visitan cada año’. La mayoría – 80% - son ciudadanos de los Estados Unidos (Schifer 2007:43). Rogers (2009) reporta que los E.U. se ha convertido en el ‘caficho’ de Costa Rica, por que la cocaína y el sexo con prostitutas ayuda a los turistas hombres y viejos retirados a afirmar su sexualidad y ‘escapar de la declinación social y financiera de su realidad.’

Desde el año 2001, grupos internacionales de derechos humanos han puesto al gobierno de Costa Rica bajo intenso escrutinio por la inacción en contra de los abusos de los turistas sexuales a los niños. Por ejemplo, el ex-presidente Miguel Angel Rodriguez, dijo al programa 20/20 de ABC que solo entre ‘20 y 30 niños’ estaban siendo explotados sexualmente en CR, aún cuando el Departamento de Estado de los Estados Unidos había estimado en 3,000 niños víctimas de la explotación sexual en C.R. (Casa Alianza 2002). La mayoría de los cafiches que hacen ganancias con el turismo sexual son hombres de países del Norte, tales como los E.U., España, Alemania, e Italia. En el periódico Tico Times, un periódico semanal en Inglés en CR, las agencias sexuales anuncian varios tipos de prostitución, como son ordenamiento de novias, acompañamiento y socialización específicamente para turistas y migrantes de E.U. En el Internet cientos de sitios venden mujeres y niños Costarricenses.

Esos problemas que afectan a mujeres y niños Costarricenses son preocupación de algunas ONGs internacionales, por ejemplo desde el año 2004, World Vision ha lanzado una campaña en CR para detener a potenciales pedófilos (World Vision 2006). En el 2006 la ONG Ayuda, del Banco Inter-Americano de Desarrollo, y la Fundación de Ricky Martin establecieron una campaña contra el tráfico de personas titulada “Llama y Vive” (Martin 2008).

EL 'ENVERDECIMIENTO' DE LA INFRAESTRUCTURA (PPP, IIRSA) PARA COMPLETAR LA EXTRACCIÓN FINANCIERA.

Como los recursos materiales y el trabajo pobremente pagado se encuentra en el Sur, la Cumbre de la Tierra de 1992, 2002, y 2012 se han propuesto la captura completa de ellos. La riqueza expropiada a travez de canjes de deuda por naturaleza, convertidos en mercancías y servicios, necesitan ser enviadas a los países industriales donde viven los consumidores globales, por lo que la infraestructura para el transporte y las comunicaciones se han convertido en una prioridad.

En America Central se ha organizado el Plan Puebla Panana (PPP), y en Sur America se ha implementado la Integración de la Infraestructura Regional de SurAmerica (IIRSA). Estos proyectos de infraestructura complementan el programa neoliberal de la privatización de los recursos publicos en áreas de conservación, expanden el sistema de precios, y el mercado de la biodiversidad. Pero éste financiamiento de la infraestructura, está envuelta en multiples garantías que obligan a los gobiernos 'subdesarrollados o malogrados' a dar asistencia financiera al sector privado.

Algunas de esas garantías son: la minima tasa de retorno, compensaciones por cambios en leyes o regulaciones que afectan adversamente el ingreso del proyecto. Esta politica se implementa por que los inversores en infraestructura son los pensionistas, las compañías de seguros, las fundaciones filantropicas de los países industriales. Este nuevo asalto a los recursos de los campesinos y comunidades Indigenas, que dependen de los comunes locales, significa pérdida de dignidad e independencia, seguridad, salud y a veces perdida de sus vidas.

CONCLUSION

En este articulo, he demostrado que el discurso del DS en Costa Rica refuerza la ideología de que los problemas del medio ambiente son parte de la racionalidad económica global, lo que significa que los estados individuales pierden su poder de decisión sobre el uso de sus territorios para servir a la maquina del mercado global. Aqui he expuesto como las enormes deudas externas y los intereses de los préstamos han destruido las economías sustentables y vivible en CR, e inagurado una nueva fase de acumulacion de capitales al que he llamado 'enverdeciendo'.

Esta fase desarrolla 4 aspectos:

Primero, expande el capital financiero a traves de canjes de deuda por naturaleza donde los deudores están obligados a asignar recursos domésticos para financiar proyectos 'ecológicos' a cambio de reducir una parte de su deuda externa. Para eso, los países deben estar cerca del colapso financiero para que sus deudas se vendan a una fracción de su valor en el Mercado Secundario, donde uno de los inversores compra los títulos de deuda desde otro inversor en vez de comprar desde el país emisor.

Segundo, es dirigido por el Banco Mundial quien da licencia a grandes ONGs y lobbistas para negociar los recursos de los países endeudados con corporaciones envueltas en reestructuración económica y globalización. El rol de las ONGs es establecer los valores monetarios de los 'Comunes Globales' de los países periféricos endeudados como la biodiversidad, la foresta, el paisaje, las montañas etc. y exportar esos valores hacia el Mercado de Valores de Wall Street y otros, como el London Stock Exchange. El ejemplo del CDXN entre Canadá y Costa Rica ha canalizado fondos al WWF-Canadá y al INBio de Costa Rica. Esos nuevos expertos, muchos de ellos biólogos agrupados en ONGs, han emergido como modelos de modernización y protección del medio ambiente usando el discurso de 'protegiendo' los comunes globales en áreas protegidas.

Tercero, se han organizado nuevos tipos de mercado en las áreas de conservación, tales como la biodiversidad para la biotecnología y Derechos de Propiedad Intelectual, la foresta para créditos de carbón, el paisajismo para el ecoturismo, las montañas para la minería de cielo abierto. Una área de conservación es una designación para la acumulación de capitales donde las actividades públicas-privadas se interrelacionan para 'manejar y conservar' la naturaleza de una región.

Cuarto, nuevos roles como proveedores de servicios en nuevas industrias como el ecoturismo se han creado para los campesinos y/o Indígenas. Esos roles reproducen los caracteres femeninos y masculinos del capitalismo patriarcal: los hombres trabajan como guías turísticos mientras que las mujeres trabajan en hoteles y resorts tendiendo camas o como prostitutas.

Quinto, expande la infraestructura para la extracción financiera de los comunes ahora enclaustrados en áreas de conservación.

Visto desde la perspectiva ecofeminista, el 'enverdecimiento', el enclaustramiento, y el pago de miserables salarios (housewifization) se juntan para producir una Guerra contra la Subsistencia. Basado en este análisis, mi conclusión es que el Desarrollo Sustentable (DS) de las Naciones Unidas promueve la pobreza de los cuerpos feminizados y la insustentabilidad en sus vidas. Asignando valores monetarios a los comunes requiere la devaluación de otras formas de existencia social, por ejemplo se transforman las habilidades de los agricultores en deficiencias, los comunes (biodiversidad, paisaje, foresta) del cual depende la vida local se les convierte en recursos, el conocimiento de la biodiversidad se torna en ignorancia, a los campesinos e Indígenas se les hace dependientes cuya pérdida de dignidad se expresa en la prostitución de los cuerpos de las mujeres y niños.

En oposición al DS, el ecofeminismo propone la perspectiva de la subsistencia para transformar la estructura de nuestra economía y crear fronteras sociales y políticas antes que la acumulación capitalista alcance los límites ecológicos y ya no podamos respirar. Algunas ecofeministas ven en la economía de subsistencia un modelo social, económico, de justicia de género y ecológica. Por ejemplo, Veronika Bennholdt-Thomsen and Maria Mies (1999) proponen la 'perspectiva de la subsistencia', basada en la producción que incluya todo el

trabajo que se utiliza en la creación y mantenimiento inmediato de la vida y que no tiene otro propósito. Para esas autoras 'la producción de subsistencia está en contraste con la producción de mercancías y la producción de ganancias' (1999:20). Ellas presentan esta perspectiva como una forma de resistencia a los efectos del capitalismo global y colonialista, y asegurar que 'la vida proviene de las mujeres y la comida viene de la tierra.' (80). Los productores de subsistencia están en todo el mundo – la mayoría de ellos son mujeres y aquellos que han sido feminizados. Todos ellos deben ser vistos como los expertos quienes pueden liderar la recuperación de las vías de vida autónomas, empezando desde el territorio y la autonomía de los cuerpos, la seguridad alimentaria en pequeñas parcelas y la eficiencia energética.

*Este artículo está basado en mi libro 'The "Greening" of Costa Rica: Women, Peasants, Indigenous People and the Remaking of Nature,' publicado en 2015 por University of Toronto Press.

METODOLOGIA

La información fue recogida entre 1997 y 2009 en numerosos lugares del Área de Conservación Arenal-Tilarán (ahora llamado Área de Conservación Arenal-Tempisque) localizado en la parte Nor Oeste de Costa Rica donde entrevisté 70 miembros de diversas comunidades, y mantuve comunicación con cientos de personas. La información sobre la estructura y funcionamiento del área de conservación proviene de la biblioteca y entrevistas a varios oficiales del MINAE en Tilarán. En San José, entrevisté a un oficial del WWF-Canada y a 2 oficiales del INBio. El Desarrollo Sustentable de CR, desde el 2009, año en que termine de escribir este libro, se refleja en el siguiente ejemplo: El modelo del ecolaboratorio desarrollado en CR destruyó los comunes naturales del cual dependían los habitantes del área. Desde entonces ellos han iniciado una campaña en contra de los símbolos nacionales. Por ejemplo en Guanacaste, el 9 de Mayo del 2001, 'cazadores ilegales,' es como el gobierno les llama, han quemado La Casona de Santa Rosa. Este acto simbólico ha revelado la existencia de esos cazadores tradicionales y el status marginal de este segmento dentro de la sociedad. En el año 2001, la entonces Directora del MINAE, Elizabeth Odio, reconoció que los cazadores actuaron en venganza por que los guardaparkes les acosan cuando cazan venados y otras especies (Loaiza & Zeledon 2001). MINAE también reportó que en CR fueron incendiadas 699 hectáreas (2014) y 2999 (2015) hectáreas (Arguedas 2015) y que solo en Guanacaste se quemaron cerca de 1500 hectáreas en el Parque Nacional Diría. Luis Diego Roman, de MINAE, dijo que esos quienes originan incendios se presume que son cazadores de venado (Arguedas 2015).

REFERENCIAS

Arguedas, C. (2015, April 21). Mano criminal provoca cuatro incendios en Parque Diríá. *La Nación*.
Asociacion Conservacionista de Monteverde & World Wildlife Fund-Canada. (1996). Programa de Investigación para el uso racional de la biodiversidad en el Area de Conservación Arenal: Proposal Presented to MINAE. (n.p.).

Bennholdt-Thomsen, V. and Mies, M. (1999). *The Subsistence Perspective, Beyond the Globalized Economy*. New York, NY: Zed Books.

Boserup, E. (1970). *Woman's role in economic development*. London, England: Allen & Unwin.

Casa Alianza (2002, January 31) Costa Rica policeman convicted for helping child pimp escape (Online forum post). Retrieved from <https://groups.google.com/forum/#topic/misc.activism.progressive/gQEUubF9Vxg>.

Federici, S. (2004). *Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation*. New York, NY: Autonomedia.

Fenech, A., Hansell, R., Isla, A. and Thompson, S. (eds.) (1999). Report of an April 23, 1999 Workshop on Natural Capital: Views from Many Perspectives. Toronto, ON: University of Toronto, Institute for Environmental Studies. Government of Canada and Government of Costa Rica (1995).

Memorandum of Understanding between the Government of Canada and the Government of the Republic of Costa Rica concerning the Canadian Debt Conversion Initiative for the Environment. (n.p): Authors. Hamilton, K. (2001, September). *Genuine Savings, Population Growth and Sustaining Economic Welfare*. Paper presented at Conference on Natural Capital, Poverty and Development, Toronto, Ontario, Canada.

Hitz, W. (1989). The "debt for nature swap": Meeting Costa Rica's conservation needs? (Master's thesis). University of California, Los Angeles, CA

Hobsbawm, E.J. (1996). *The Age of Revolution, 1789–1848*. New York, NY: Vintage Books.

Index-Mundi (n.d). Unemployment, Youth Female (% of female labour force ages 15- 24). Online. Available: <http://www.indexmundi.com/facts/costa-rica/unemployment> (accessed 15 October 2015).

Loaiza V. & Zeledon, I. (2001, May 10). Golpe a la Historia: Ardio la Casona. *La Nación*.

Martin, R. (2008). Latin Heartthrob Ricky Martin is using his star power to launch "llama y vive" or "call and live," a campaign to prevent human trafficking. Retrieved from <http://arhiva.dalje.com/en-celebrities/video--ricky-martin-fights-humantrafficking/144775>.

Mateo, N. (1997). Wild biodiversity: the Last frontier?: The case of Costa Rica. In C. Bonte-Friedheim & K. Sheridan (Eds.), *Globalization of science: The place of agriculture research* (pp. 113-122). New exp. Ed. The Hague, Netherlands: International Service for National Agricultural Research.

Mies, M. (1986). *Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the International Division of Labour*. London: Zed Books.

Mies, M., and Bennholdt-Thomsen, V (1999) *The Subsistence Perspective: Beyond the Globalized Economy*. Zed Books: London and New York.

MINAE. Ministerio de Recursos Naturales, Energía y Minas. Area de Conservación Arenal (1993). *Plan General de Uso de la Tierra*. Vols. I–IV. San José: MIRENEM, Agencia Canadiense de Desarrollo Internacional, and Fondo Mundial para la Naturaleza de Canadá.

- Pearce, W. D. and Warford, J. J. (1993). *World Without End: Economics, Environment and Sustainable Development*. New York, NY: Oxford University Press.
- PEN (Programa Estado de la Nación) (1996). *Estado de la Nación en Desarrollo Humano Sostenible*. San Jose, Costa Rica.
- PEN (Programa Estado de la Nación) (2010). *Estado de la Nación en Desarrollo Humano Sostenible*. San Jose, Costa Rica.
- Petch, T. (1988). Costa Rica. In J. Roddick (Ed.) *The Dance of the Millions: Latin America and the debt crisis* (pp. 191-215). London: Latin America Bureau.
- Quesada, C. (1990). *Estrategia de Conservación para el Desarrollo Sostenible de Costa Rica*. [San José, Costa Rica]: Ministerio de Recursos Naturales, Energía y Minas, República de Costa Rica.
- Rogers, T. (Producer) (2009). *Costa Rica's Sex-Tourism Is Growing*. Online. Available: <http://ticotimes.com/costa-rica/sex-prostitution-growing> (accessed 15 October 2015).
- Salleh, A. (1994). Nature, Woman, Labor, Capital: living the deepest contradiction. In O'Connor, M. (Ed.) *Is Capitalism Sustainable? Political Economy and the Politics of Ecology* (pp.106-124), New York, London: The Guilford Press.
- Schifter, J. (2007). *Viejos Verdes en el Paraiso: Turismo Sexual en Costa Rica*. San José, Costa Rica: Editorial Universidad Estatal a Distancia.
- Sheikh, P.A. (2007). *Debt-for-nature Initiatives and the Tropical Forest Conservation Act: Status and implementation* (CRS report for Congress RL31286). [Washington, DC]: Congressional Research Service, Library of Congress.
- Sheikh, P.A. (2010). *Debt-for-nature Initiatives and the Tropical Forest Conservation Act: Status and Implementation* (CRS report for Congress RL31286). Online. Available: <http://www.cnie.org/NLE/CRSreports/10Apr/RL31286.pdf> (accessed 15 October 2015).
- Shiva, V. (1989). *Staying Alive: Women, Ecology and Development*. London: Zed Books.
- Tremblay, C., & Malenfant, D (1996). *Estrategias locales para favorecer la sostenibilidad de acciones de desarrollo El Caso del Proyecto de Conservacion y Desarrollo Arenal, Costa Rica*. Paper presented at Congreso Mundial para la Conservacion. Montreal, PQ.
- Ulloa, C. (1996). *Diagnostico socioambiental de la unidad territorial priorizada. La Fortuna, San Carlos: Proyecto de Conservación y Desarrollo Arenal, Tilaran, Costa Rica*.
- United Nations Environment Programme (n.d.). *What is the Green Economy?* Online. Available: <http://www.unep.org/greeneconomy/AboutGEI/WhatIsGEI/tabid/29784/Default.aspx> (accessed 15 October 2015).
- Waring, M. (1988). *If Women Counted: A New Feminist Economics*. San Francisco, CA: Harper and Row.
- World Vision (2006) *World Vision's work to prevent child sex tourism*. Retrieve from:// www.worldvision.org/worldvision/pr.nsf/stable/child_sex_tourism_.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultores familiares 6, 99, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 198

C

Contribuições 6, 12, 74, 75, 102, 117, 188, 192, 199

Cultura 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 29, 30, 39, 42, 43, 53, 54, 77, 81, 94, 95, 97, 101, 103, 104, 106, 125, 132, 141, 164, 167, 175, 206, 211, 216, 217

D

Desenvolvimento local 5, 136, 137, 140, 147

E

Educação ambiental 5, 93, 94, 104, 107, 116

Educação do campo 5, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 105, 106

Educação superior 4, 61, 62, 63, 64, 67, 75, 76, 99

Emoções 31

Estudantes 4, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 202, 203

F

Foucault 14, 15, 16, 17, 18, 20, 29, 30, 56, 59, 83, 91, 204

I

Inclusão 76, 99, 111, 196, 199

J

Justiça social 61, 62, 63, 67, 68, 76, 77

K

Kaingang 4, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 190

M

Maraú 5, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

P

Participação estudantil 61

Política afirmativa 61, 62, 63, 65, 68, 77

Potencialidades 6, 2, 98, 105, 116, 136, 188, 189, 191, 192, 194

Prevenção 191

Processos de subjetivação 14

Professores 5, 68, 93, 96, 99, 100, 102, 103, 106, 109, 194, 196, 216, 217

Projetos ambientais 4, 44

R

Recurso ambiental 108, 110, 115

S

Saberes indígenas 93, 96, 99, 100

Saúde 4, 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 99, 102, 103, 144, 146, 147, 149, 150, 192, 197, 199, 217

T

Território 5, 2, 4, 5, 6, 10, 11, 47, 93, 97, 104, 110, 136, 137, 138, 139, 146, 147, 148, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 199

Turismo 5, 46, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 144, 146, 147, 148, 181, 182, 187, 212

U

Universidade 6, 2, 5, 11, 12, 13, 31, 44, 61, 69, 73, 74, 76, 93, 97, 99, 100, 105, 107, 108, 109, 116, 117, 136, 148, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 216, 217

V

Valoração 5, 76, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 118

SOCIOLOGIE:

ORDEM E POLÍTICAS SOCIAIS NA ATUALIDADE

2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

SOCIOLOGIE:

ORDEM E POLÍTICAS SOCIAIS NA ATUALIDADE

2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br